



TAXA PAGA
PORTALEGRE

JUSTIÇA & DEMOCRACIA

Nº. 01

OUT./NOV. 2005

Director: Bruno Gorjão

Directores adjuntos: Susana Duarte e Luís Miguel Martins

GREVE

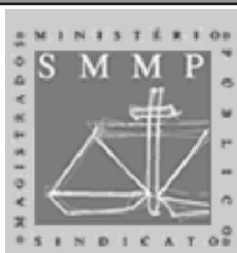
GREVE GREVE GREVE GREVE GREVE GREVE C
REVE GREVE GREVE GREVE GREVE GREVE GE
GREVE GREVE GREVE GREVE GREVE GREVE C
REVE GREVE GREVE GREVE GREVE GREVE GF
EVE GREVE GREVE G
REVE GREVE GREVE

E PORQUE NÃO?



03

"O Insustentável Peso do Paradigma do Juiz"
por Pedro Faria de Brito



05

"Direito de Greve e Magistraturas"
por Jorge Costa, Secretário-Geral do SMMP



13

"A Greve e os Juizes:
por Jerónimo de Freitas, Secretário-Geral da ASJP



DESTAQUES



11

José Maria Rodrigues da Silva



18

Pedro Romano Martinez

Impressão: Inrapol, S.A. • Tiragem: 3000 exemplares • Concepção gráfica: Inrapol, S. A. • Propriedade: "Movimento Justiça & Democracia, C.R.L.", com sede em: Av. Álvares Cabral nº 215, Linho, Sintra • Director: Bruno Gorjão • Directores Adjuntos: Susana Duarte e Luís Miguel Martins • Colaboraram neste número: Artur Oliveira; Carlos Querido; Diogo Ravara; Francisco Henriques das Neves; Hugo Santos; Jerónimo Freitas; João C. Coelho de Lima; Jorge Costa; José Maria Rodrigues da Silva; José Manuel Carvalho; Pedro Faria de Brito; Pedro Romano Martinez; Raúl Esteves; Rui Fiolhais • Depósito Legal: 171365/01.

EDITORIAL

Se este número do "Justiça e Democracia" chegar a todos os juizes antes dos dias marcados pela ASJP para a greve, significa que obtivemos os nossos objectivos: contribuir para a tomada de decisão individual, de cada um de nós, quanto à atitude a tomar nesses dias.

E só não chegará por qualquer atraso dos CTT.

No momento em que se escrevem estas breves palavras, tudo indica que se irá manter a greve designada e também tudo indica que os juizes estão unidos em torno da sua associação sindical.

A nossa responsabilidade, enquanto estrutura não sindical não é mais do que estar em consonância com o que foi decidido pela

ASJP, fazendo o que nos compete fazer, apelar à união de todos os juizes e esperar que a mesma seja um êxito.

Um senão, que pode ter toda a importância: Não seria preferível termo-nos demarcado das manifestações sindicais dos outros operadores judiciais?. Haverá, para além das reivindicações de carácter sócio- profissional, entenda-se, serviços sociais do M.J., mais alguma reivindicação comum?.

Vamos aguardar, a hora do balanço e das conclusões, chegará.

Com este número do Justiça e Democracia, esperamos que todos possam decidir, em consciência, a atitude certa para os dias da greve.

DIRECÇÃO DO MOVIMENTO



Travessa do Poço Novo, nº 8
2750-469 CASCAIS
Tel.: 21 483 23 21/Fax: 21 486 70 85

A PROVA PARA ACUSAR, DEFENDER e JULGAR CRIMES COM ARMAS DE FOGO

I CURSO de BALÍSTICA FORENSE

Destinatários:

- Juizes;
- Magistrados do Ministério Público;
- Advogados;
- Estudantes de Cursos de Direito.

Programa:

- O funcionamento das armas de fogo;
- Tipos e categorias de armas de fogo;
- As munições;
- Efeitos balísticos;
- O acto de disparar uma arma de fogo;
- O arguido e a vítima.

Local e datas:

- Lisboa: dias 14, 21 e 28 de Janeiro de 2006, das 10h. às 13h e das 15h. às 17h.

- **Porto:** dias 4, 11 e 18 de Fevereiro, das 10 h. às 13h e das 15h. às 17h.

Inscrições:

- Pelo telefone, número 214832321

Preço:

- 150 €

Organização:

- Associação Portuguesa de Coleccionadores de Armas

Apoios:

- Movimento Justiça e Democracia – Cooperativa Cultural de Juizes



AGORA LEIA
o Texto de Bruno Gorjão em:

<http://www.poder-judicial-2006-mjd.blogspot.com>













A INFORMATIZAÇÃO DOS TRIBUNAIS: INSTRUMENTO DE PRODUTIVIDADE, FERRAMENTA DE ADMINISTRAÇÃO JUDICIÁRIA E MANIFESTAÇÃO DE CIDADANIA NA ERA DA SOCIEDADE DA INFORMAÇÃO



Quem tem acompanhado a vida dos Tribunais Comuns nos últimos quinze ou vinte anos não pode deixar de reconhecer que a utilização dos computadores e das ferramentas informáticas revolucionou por completo os hábitos e rotinas de trabalho de todos os profissionais do foro.

E bem longo tem sido o caminho, tão longo quanto vai a distância da simples utilização dos computadores como máquinas de escrever electrónicas à construção de um sistema integrado de gestão e documentação processual.

Actualmente toda a tramitação do processo, desde a entrada da Petição

Inicial até ao arquivo do processo depois de findo é acompanhada e documentada no sistema H@bilus. Este sistema executa tarefas tão diversas como a recepção de Requerimentos Executivos, a distribuição, o processamento das “folhas de correio”, a documentação de ofícios e actas, etc., etc..

O processo de desenvolvimento da informatização dos Tribunais Comuns, que se confunde com o do desenvolvimento da aplicação informática que o sustenta visou até recentemente, como objectivo fundamental, facilitar e melhorar a execução das tarefas desempenhadas pelos Oficiais de Justiça, desde o início ao fim do processo. Tratava-se pois de otimizar procedimentos e obter ganhos de produtividade.

Estes objectivos foram, segundo cremos, plenamente atingidos. Na

verdade, actualmente, face ao aumento exponencial das pendências nos últimos anos, sem o recurso à informática o trabalho nos Tribunais seria efectivamente insustentável.

Mais recentemente, o desenvolvimento deste projecto virou-se para os demais profissionais do foro, e ensaia também os primeiros passos na articulação com as autoridades policiais.

Com efeito, no âmbito da reforma da acção executiva, foi desde logo estabelecida uma estreita colaboração com a Câmara dos Solicitadores, o que possibilitou a total compatibilidade entre a aplicação informática dos Solicitadores de Execução e o sistema H@bilus, permitindo o indispensável fluxo de informações entre ambos, assente em comunicações electrónicas. Por outro lado, também no âmbito da reforma da acção executiva foi criado o formulário electrónico do requerimento executivo, ferramenta que permite aos Mandatários das partes, através de uma página internet, preencher e enviar o requerimento executivo, ficando de imediato com o comprovativo da sua entrega.

Em estudo está já o desenvolvimento de uma ferramenta assente na mesma filosofia, que permita a entrega electrónica de qualquer requerimento ou articulado, em qualquer tipo de processo, seja qual for a sua natureza e fase em que se encontre (embora obviamente sem formatação de conteúdo...).

Esta forma de entrega electrónica distingue-se do correio electrónico por se traduzir numa entrega de informação estruturada, directamente na aplicação informática, e colocada automaticamente no processo a que respeita.

Ainda no plano da actuação das partes, através dos seus Mandatários, temos que estes têm também acesso ao sistema H@bilus, quer para consulta dos processos que patrocinam, quer para se

inteirarem da distribuição desses mesmos processos e do agendamento das audiências, etc., etc...

O próximo desafio deste processo evolutivo será o desenvolvimento dos módulos desta aplicação destinados aos Juízes e Magistrados do M.P., por forma a que, completando-se o ciclo do trabalho dos profissionais forenses, toda a tramitação do processo se possa desenvolver no seio da própria aplicação informática.

Os módulos dos Juízes e Magistrados do M.P. deverão pois permitir que os mesmos despachem directamente na aplicação informática, de modo a que, produzindo esta os despachos e as sentenças em papel, como até agora, todos os actos processuais fiquem documentados no sistema informático.

Tal não significa, porém, que esse caminho nos conduza ao chamado “processo digital”. Aliás, não é esse o caminho que defendo. Com efeito, numa sociedade em que a regra ainda é o documento em papel, sendo o documento digital uma novidade com reduzidíssima expressão no tráfego jurídico, a adopção de um modelo de processo digital constituiria, a nosso ver, por ora, um passo despropositadamente futurista numa sociedade em que os documentos ainda são de papel, o processo ainda não deve ser digital.

Não obstante, o completar deste ciclo permite atingir um objectivo de grande relevo: o de documentar integralmente o desenrolar do processo,

desde a entrada da Petição Inicial ou Requerimento Executivo, ao arquivo do processo findo.

Com efeito, atingido este objectivo, todos os actos do processo ficarão digitalmente arquivados, sendo possível visualizar uma cópia digital de todos os requerimentos, articulados, notificações, e decisões.

Os Mandatários das partes poderão assim, praticar de forma remota todos os actos processuais que não exigem a sua presença física em Tribunal, mas também consultar o processo, sem se deslocar ao Tribunal, inteirando-se do seu estado, e acompanhando todos os actos praticados, mesmo aqueles que não têm que gerar notificações às partes. Por outro lado, ficará desde logo assegurada a existência de uma verdadeira cópia de segurança do processo, permitindo facilmente a sua reforma em caso de extravio, perda ou destruição.

Acresce que o mencionado objectivo permitirá também o pleno acesso, análise e tratamento por parte dos Conselhos Superiores da Magistratura e do Ministério Público, de toda a informação relativa aos processos. Tal instrumento, obviamente a utilizar dentro de parâmetros condizentes com o seu estatuto legal poderá pois assumir-se como ferramenta estruturante do exercício das funções dos mencionados órgãos do Estado.

Por último, a concretização deste processo permitirá às próprias partes aceder aos processos em que intervêm através da internet, tendo assim um conhecimento exacto do estado dos mesmos (obviamente, através de um sistema de certificação da identidade do utilizador, com garantias de segurança, em modelos a definir com enorme rigor)

Esta última constitui, em meu entender, uma vertente fundamental da informatização dos Tribunais. Na verdade, na era da sociedade da informação o contacto dos cidadãos com a Administração Pública em geral vem-se fazendo também através de ferramentas electrónicas, maxime a internet. E os Tribunais não devem continuar alheios a esta realidade.

Ora, se assim é, nenhum obstáculo deve impedir a que as próprias partes possam praticar, através de ferramentas informáticas, todos os actos que a lei lhes permite praticar presencialmente. E o primeiro deles é a consulta dos próprios processos.

Nesta medida, estamos convencidos que o projecto da informatização dos Tribunais desempenha um papel



fundamental no panorama judiciário, que se revela em três vertentes fundamentais: como instrumento de produtividade dos profissionais do foro, como instrumento de uma gestão eficaz das magistraturas, e, último mas não menos importante, como instrumento de cidadania na era da sociedade da informação.

É evidente que a concretização destes objectivos deve ser rodeada de enormes cautelas.

É manifesto que a segurança deve

constituir a primeira preocupação no desenvolvimento do sistema informático dos Tribunais.

É inegável que este caminho não pode ser trilhado sem o envolvimento e activa participação do Conselho Superior da Magistratura e da Procuradoria Geral da República, que forçosamente deverão ter um papel estruturante no controle da informação e na defesa da sua integridade, bem como do respeito dos direitos de todas as pessoas cujos dados constarem do referido sistema.

Nesta medida, o envolvimento do CSM e da PGR neste empreendimento poderá também constituir um importante veículo de legitimação das magistraturas e dos órgãos de Estado que as gerem. A simplificação, pela via digital, do acesso ao processo enquanto instrumento de cidadania, certamente contribuirá para esfumar a imagem de opacidade da administração da justiça, transmitindo uma imagem de transparência e de serviço público virado para o cidadão, que só a dignifica, e que o cidadão comum não deixará de reconhecer.

Compreendo a desconfiança daqueles que temem os perigos que tal empresa envolve, pelo risco de exposição de informação sensível a potenciais hackers mal-intencionados.

Mas não podemos esquecer que a era da sociedade de informação e da comunicação digital está aí.

A Justiça não pode, em nome de uma ilusória concepção de segurança, manter-se à margem desta realidade, sob pena de este vir a constituir mais um factor de afastamento e incompreensão por parte do cidadão comum.

Diogo Ravara
Juiz de Direito
1ª Vara Cível de Lisboa





É Juiz,

ou interessa-se, pelas últimas da Justiça,
então Consulte-nos em:

<http://www.poder-judicial-2006-mjd.blogspot.com>







**OS PORTUGUESES
SABEM EM QUEM
CONFIAR.**

**Delta
CAFÉS**

**MARCA DE
CONFIANÇA**
2005
Seleções do Reader's Digest
votado pelos leitores

Nos últimos quatro anos, os portugueses mantiveram a sua confiança na marca Delta. Nós cumprimos o compromisso. Mais uma vez, pelo quarto ano consecutivo, a Delta foi escolhida pelos portugueses como a primeira marca de confiança na categoria cafés pelo estudo realizado e publicado pelas Selecções de Reader's Digest. A Delta tem desenvolvido uma acção de responsabilidade social e sustentabilidade que, a par da qualidade dos nossos cafés, representa o nosso compromisso com a sociedade. Portugal conhece-nos e, por isso, confia. Estamos preparados para mais 4 anos.

www.delta-cafes.pt









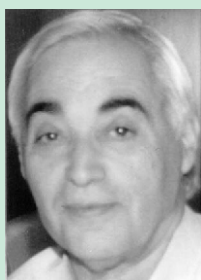
LITERATURA: HUGO SANTOS



ALGUMAS LINHAS DO ROMANCE “OS CAÇADORES DA LUZ”

É verdade, deus menor, que os mundos mudaram. Mais depressa do que nós e sem atentarem em nós. Fomos apanhados desprevenidos, de calças na mão, sem tempo para qualquer tipo de abluções, é ir agora ou não ir, que o comboio está de partida. Uns foram como estavam, é sempre bom arranjar aconchego em carruagens de primeira, de lugar numerado e, se possível, ar condicionado; outros atardaram-se a buscar a fatiota que mais lhes convinha, a cuidar do aspecto, a emalar o que sempre é preciso para este género de viagens, um adeusinho à família, aos amigos, às ideias, e ala que se faz tarde; os demais atrasaram-se irremediavelmente. Alguns, valha a verdade, ainda conseguiram empoleirar-se no estribo duma das últimas carruagens ou arranjar espaço entre baús, arcas, malas e maletas dos demais. Respiram com dificuldade, põem as cabecinhas entre as guilhotinas das janelas, fitam-se nas estrelas que passam a correr nos convés da noite, ouvem o chiar a gudo das rodas nos carris, *pouca-terra, pouca-terra, pouca-terra*, não sabem bem o destino desta caranguejola, se pára, quando pára e para que pára, vendo bem o que interessa é ir, se os outros vão a gente também deve, é certo que fica uma pátria por detrás, mas as pátrias são sempre o lugar onde se está, os que perderam o comboio é que devem preocupar-se com isso, esses é que devem pôr novos nomes às coisas, às lembranças e aos esquecimentos, às emoções e ao resto, eles é que vão ficar com uma pátria que não há, ou que vai deixar de haver, com rios que não correm, com ruas e praças e becos e avenidas desertas e que já não têm nome, com barcos que vogam numa poçazinha de água dos oceanos que secaram, esses é que hão-de escrever o resto da história, têm tempo de sobra para isso, nanja nós que vamos Pirinéus acima, alguns empilhados como gado, mas sempre tocou a uns o melhor e a outros o pior, direitinhos à Europa, ao Mundo, ao Universo, este comboio anda devagar como o raio que o parta, ainda é dos antigos, de lenha e vapor, bem podiam ter arranjado coisa melhorzinha, mas pronto, o que interessa é chegar, é estar lá quando os outros estiverem, isto não é uma rebaldaria, é um sonho, a gente não vai só por nós, foi o que nos disseram, se é eldorado ou não logo se vê, o dinheiro não é tudo mas sempre ajuda (o dinheiro sempre ajudou mesmo quando é tudo), os que não crêem nisto é que devem importar-se, este comboio é o último e o único que tem hora marcada com o destino, não se sabe bem quando mas tem, os que ficaram que venham a pé ou de triciclo, ou então que fiquem, sempre há uma couvezinha aqui, um rebento de grelo ali, uma folha de orégão ou de poejo acolá, uma lebre ou um coelho que se deixe apanhar numa cama de restolho, quem não veio foi porque não quis ou se atardou no sonho, talvez mancos ou paralíticos ou poetas, ou então surdos que não ouviam (pode dar-se o caso) ou cegos que andavam cegados e não viam ou mudos que só falavam para dentro deles mesmos, a gente pode ter pena mas que é que se há-de fazer?, a história é assim, esta pelo menos é assim, começa num comboio a partir e acaba quando o comboio chega, se há outra história eles que a escrevam, sim os que ficaram, eles que a escrevam se tiverem imaginação, tinta e papel para isso (...)

Hugo Santos



Hugo Santos nasceu em Campo Maior. Professor, publicou até à data 37 livros, grande parte deles premiados. Destaque-se os prémios Sebastião da Gama, Eça de Queiroz, Oliva Guerra, Florbela Espanca, Antero de Quental, Cesário Verde, Maria Lamas, Manuel da Fonseca e Miguel Torga.

Ao autor se referiu Urbano Tavares Rodrigues, dizendo: «Poeta do amor, da mulher e da planície alentejana, narrador de histórias sempre envolventes e romances tão profundos como *A Paixão segundo Francisco-Jesus* e *Os Caçadores da Luz*, Hugo Santos revela-se-nos hoje como um dos nomes da moderna ficção portuguesa.»

As suas principais obras são: *O Construtor de Pássaros* (Prémio Nacional de Poesia Sebastião da Gama), 1989; *A Segunda Casa dos Pássaros* (Prémio Eça de Queiroz), 1990; *Os Rios Sobre a Parede* (Prémio Oliva Guerra), 1992; *Corpo Atlântico* (Prémio Antero de Quental), 1994; *Diário dum Construtor de Naves* (Prémio Nacional de Poesia Maria Lamas), 1995; *A Morte do Professor* (Romance), 1998; *Duas Histórias de Amor* (Contos), 2000; *Histórias do Amor Tardio* (Contos), 2002; *Diário de Raivas e Afectos* (Diário), 2003; *Os Caçadores da Luz* (Romance), 2003; *As Mulheres que Amaram Juan Tenório* (Romance - Prémio Miguel Torga), 2005; *O Segundo Ofício das Nostalgias* (Contos - Prémio Manuel da Fonseca), 2005; *A Mãe Sob a última Tamareira de Agosto* (Conto: 2ª Edição), 2005; *Ode a Nossa Senhora do Homem* (Prémio Mário Viegas), 2005; *A Mulher de Neruda* (Romance - Prémio de Romance da Albufeira).

MATÉRIA PROVADA

Restaurantes e Vinhos



SERENIDADE AO LUME

Restaurantes

Se numa noite de inverno um viajante chegar ao Porto, com saudades de subir ao céu sentado à mesa, o melhor é pegar no telefone e fazer reserva no *Bull & Bear*. Saindo do Alfa na Campanhã o sítio fica a um tiro de táxi, em plena Avenida da Boavista, no sopé de um edifício moderno e bem riscado onde de dia se joga à bolsa. O ambiente é depurado e suficientemente *trendy* para aparecer na *Wallpaper* do próximo mês. À chegada um jovem simpático e bem aventalado deixa a escolha da mesa ao critério de quem entra. Sugestão: escolha uma perto da cozinha.

É que o proprietário e *chef* do restaurante, vai ter que passar por ela nas suas regulares incursões à sala. E se for numa daquelas noites em que o movimento é menos compressivo, prepare-se para ter uma conversa inteligente e estimulante com alguém que nos ajuda a perceber porque razão a cozinha está no mesmo patamar das artes que ali ao lado, na Fundação de Serralves, arrebataam corações.

Miguel Castro e Silva nasceu no seio de uma família antiga do Porto. Podia ser tudo na vida menos aquilo que quis ser: cozinheiro e restaurador. Ao fazê-lo encaminhou para os fogões a energia que tinha como gestor de produto. E desde então não pára de coleccionar troféus, como o de *Chef* do ano em 2000, sendo certo que o mais cobiçado é a simples companhia de alguém que se recusa a olhar para a ementa. Tem um livro editado ("Uma Cozinha de Aromas"), muitos sonhos, algumas amarguras. Na verdade, não é fácil fazer o que faz num país que despreza a cultura da mesa.

Mas passemos das palavras aos actos.

Na mesa há manteiga a sério e uma emulsão de azeite e ervas onde molhar diversas qualidades de pão. Para começar uma *Terrina de Foie-gras* «*Ermitage*» de enorme classe, com redução de vinho do porto LBV e a nota agri-doce da cebola confitada com vinagreta. A guarda de honra é prestada por um *tawny* 10 anos da Niepoort que ainda vai dar que falar.

Do mar ali tão perto vem o *Robalo Marinado com Ervas e Flôr de Sal*. A preparação é cristalina como um verso de Eugénio de Andrade: lombos de robalinho esfregados em azeite, ervitas delicadas (cebolinho, funcho e cerefólio) e as tais grainhas do mar. Ao fim de meia dúzia de horas está pronto para ser degustado quase como veio ao mundo. Que delícia para os afortunados que o provam que lástima para os preconceituosos que verberam estas nacionais japonesices.

Do reino marinho chega também uma dona *Pescada com Crosta de Broa e Azeitona*, em molho de récula cuja neutralidade, porventura excessiva, permite a total focalização no sabor do teleóstee que se apresenta com uma alvura de compêndio. No copo e a acompanhar os produtos da lota um Branco da Quinta do Portal 2000, com boa mineralidade e um travo de pertinente secura.

Levanta-se o prato e desce à mesa um *Risotto de Bacalhau com Compota de Cebola e Porto*. Aqui a cozinha de sabores do Miguel vem toda ao de cima: a cocção perfeita do bacalhau, cozido no vácuo com controlo de temperatura, empresta ao arroz uma pureza paláctica que faz mudar de ideias quem não concorda



com tais casamentos. Dessa boda também não se sai nada mal o Hero do Castanheiro Reserva 2000, um castelão gordo, denso e estruturado de patente polivalência.

Entrando em terra e para fecho de conduto sai ainda um *Lombinho de Porto Preto com Migas de Grelos e Feijão Faveta*, em leite de molho de cenoura e gengibre, que confere ao tenro lombo um misterioso travo levantino. No coro cantou o Grantom Tinto 2002, de desenvolvimento algo precoce mas de garboso apimentado bordalês.

Nos postres, um regresso aos básicos: *Toucinho do Céu com Sorvete de Framboesa*. Mas um toucinho feito com amêndoas por pelar que é de fazer levantar o pêlo. Uma delícia que faz as delícias de quem com ele prove, aos golinhos e de olhos fechados, o Colheita da Niepoort de 1979, um *tawny* de aromas e sabores finos a amêndoas e baunilha, com um final mais duradouro do que alguns Governos da 2ª República. Para terminar, para além do café com as suas *mignardises*, um balão da Aguardente Velhíssima Ramos Pinto a pedir meças a um belo *Cohiba Siglo VI*, de ampla paleta de aromas e soberba combustão.

Tudo isto tem o seu bem merecido custo (€44), a que há que somar a tarifa

dos vinhos provados, que (re)servidos a copo, anda na casa dos 5 euros a unidade. A carta de vinhos é sóbria e inteligente, com cerca de 130 tintos, 55 brancos, 12 espumantes, 5 vinhos a copo (clap, clap, clap) e 17 portos servidos a cálice, tudo com uma política de preços que contrasta com alguns assaltos à mão armada que para aí se praticam.

Para definir a cozinha de Miguel Castro e Silva, um dos mais criativos e talentosos chefes portugueses, já se gastaram muitos adjetivos. São muitos

(para quem prefere substantivos) mas bastam os que iniciam pela 19ª letra do alfabeto. É uma cozinha *simples*, sem fogos de artifício; *sensata*, porque deixa falar os aromas e os sabores naturais; *sapiente*, porque movida por uma técnica apurada; *subtil* pelo modo como evidencia a delicadeza das matérias-primas; *suave* no recorte sedoso das preparações; *sensível* na tensão poética que convoca; *sensorial* pelo jogo de

emoções que desperta.

Numa palavra: é a cozinha da serenidade.

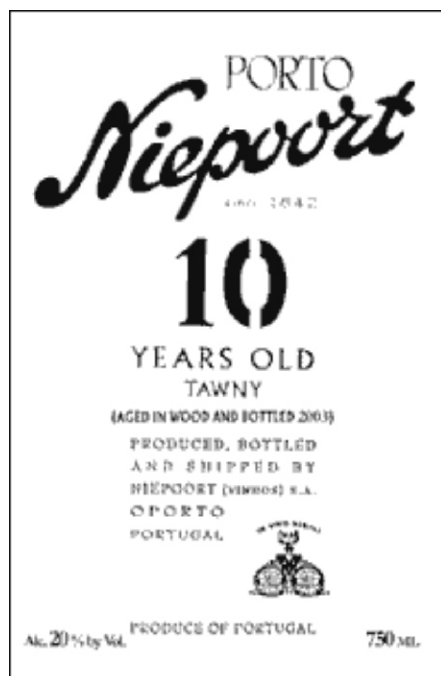
RESTAURANTE BULL & BEAR

Av. da Boavista, 3431, Porto.

Tel: 226 109 536

Preço médio: € 25

UM INTRUSO NA ALTA-RODA



Como tudo na vida o vinho também tem as suas bíblias e os seus profetas. Uma das mais prestigiadas é a *Wine Spectator* (WS), essa *tora* religiosamente seguida por uma legião de prosélitos para quem apenas o melhor é o suficiente. Tal como sucedia na Alta Idade Média, com a Escola dos Glosadores, cujo brocado *Quod non est in glosa non est in mundo* servia para definir a fronteira da existência das coisas, também aqui se verifica um fenómeno semelhante: os vinhos existem, mas se não forem referidos na WS e preferencialmente pontuados acima dos 90 pontos, numa escala de 100 possíveis, não se pode dizer que eles possuam existência planetária.

Vem isto a propósito do anúncio da lista WS dos 100 vinhos mais excitantes de 2003, que por sinal integra 3 vinhos portugueses: *Grahams Vintage 2000* (98 pontos), o *SmithWoodhouse Vintage 2000* (95) e o *Chryseia 2001* (94), que surgem respectivamente em 9º e 16º e 19º lugares dessa lista. Claro que a estes patamares de excelência os vinhos tornam-se mais disputados e isso reflecte-se no respectivo preço de lançamento e (pior ainda) no preço especulativo com que chegam às prateleiras.

Mas há excepções. Uma delas é um porto altamente recomendado pela WS que lhe atribuiu 95 pontos e que ainda há pouco tempo era possível adquirir numa garrafeira do Porto por cerca de €15. É um néctar produzido pela Niepoort, uma pequena casa produtora com uma bela história no mundo do Vinho do Porto (são lendárias as suas frasqueiras), que pela mão do jovem Dirk van Niepoort se tem afirmado no mundo dos tintos com ícones como o Redoma, o Charme ou o Batuta. Falamos do Niepoort 10 anos, um tawny obtido por lotação de vinhos de graus de maturação variável, conduzida através do seu envelhecimento em cascos de carvalho.

Do ponto de vista aromático predominam os aromas cítricos a casca de laranja e limão, combinados com apontamentos de mel, amêndoa, cedro, baunilha e caramelo. No palato apresenta-se doce e aveludado, com a fruta fresca e suave bem casada com o corpo. Final de boca subtil e persistente

que quase faz dele um vinho meditativo.

Ligeiramente refrigerado é um óptimo parceiro de uma terrina de *foie-gras*, mas será no final da refeição que vêm ao de cima os seus maiores predicados, seja a dar assistência a um queijo *Brie* ou *Gouda*, seja a tratar da tosse a sobremesas não muito doces com travo de café, caramelo ou amêndoa, seja ainda a prestar os primeiros socorros a quem esteja a sentir a falta de um grande porto.

PORTO NIEPOORT TAWNY 10 ANOS

Preço: € 20,70

(www.lusawines.com)

Por Rui Fiolhais



Meteorologia

(sol) PRESIDENTE DA REPÚBLICA

A dimensão representativa do órgão presidencial aponta para a função de integração e unidade do Estado e, no exercício do seu cargo, o Senhor Presidente da República Jorge Sampaio tem demonstrado solidariedade institucional com os demais poderes soberanos e ainda bem recentemente exerceu o direito de contacto e consulta com os vários agentes com competências constitucionais representativas e funcionais na área da justiça e recebeu os representantes sindicais das profissões que operam neste domínio. Estamos seguros que actua com a intenção inabalável de evitar rupturas em pontos estruturantes do Estado de Direito Democrático e que visa garantir a protecção dos direitos de cidadania de terceiros, coincidindo as suas preocupações sobre a situação da justiça com aquelas que são perfilhadas pelos magistrados judiciais.

O Movimento Justiça e Democracia agradece assim ao senhor Presidente da República o seu papel de moderador na busca de soluções para resolução da crise institucional artificialmente criada pelo Governo e sabe que a primeira figura do Estado está consciente que as causas e os factores da degradação da qualidade da justiça não se devem em primeira linha aos juizes portugueses. Em nome de todos os magistrados judiciais podemos asseverar que todos faremos os esforços necessários para evitar a radicalização do conflito e, bem assim, estamos dispostos a participar na construção de um sistema de justiça que não defraude as legítimas expectativas do Povo Português.



(nublado) (Alguns Juizes com conceitos flexíveis de soberania)

“Quem já passou por essa vida e não viveu. Pode ser mais, mas sabe menos do que eu. Porque a vida só se dá p(a)ra quem se deu” Vinicius e Toquinho

A paralisação anunciada não é querida nem desejada por nenhum juiz de direito. No entanto, de momento, face à evolução da situação, que se apresenta como irreversível, a paralisação configura o único instrumento com capacidade para devolver a dignidade aos magistrados judiciais portugueses.

Para além da greve, resta imobilidade e frustração, fica patente uma inércia cada vez maior diante da afronta permanente e sobeja uma impressionante e desnecessária paciência para esperar por tempos melhores. Na actual conjectura, é assim, pelos menos, para nós, estranho que alguns juizes que participaram na pretérita greve de 1988 tenham no momento alterado a sua interpretação do conceito de soberania e se preparem para ficarem desonerados do acto de coragem de se comprometerem sem necessidade. Mais estranho é que essa incidência é maior naqueles que entretanto foram promovidos aos tribunais superiores. Provavelmente teremos de ficar à espera da prometida alteração do estatuto de jubilação, para conhecermos quais as armas que pretendem utilizar no duelo aprazado...



(chuva) MINISTRO DA JUSTIÇA

O Ministério da Justiça prossegue uma política demagógica e populista que visa criar dificuldades no relacionamento entre a opinião pública e os profissionais da justiça, mas, ao mesmo tempo, infelizmente, não mostra capacidade e inteligência para adoptar as medidas idóneas a reforçar qualidade e a eficiência da acção justiça.

A política de hostilização permanente conduziu a que, de forma unânime e num alinhamento original, porque não coordenado, todas as estruturas representativas das várias profissões que exercem funções no sector da justiça tenham decretado uma greve. A responsabilidade pela convocação da mesma não é dos operadores judiciais, maxime dos juizes portugueses, antes encontra o seu fundamento no desgoverno do Ministério da Justiça, em especial da figura que assume a tutela da pasta.

Recorda-se ainda que o Senhor Ministro da Justiça referiu em entrevista que «não devemos legislar à flor da pele» e afixou que, em matéria de alterações legislativas, «devemos pensar não uma, mas quatro vezes» (Visão, nº 635, 5 a 11 de Maio de 2005). Senhor Ministro da Justiça pense, não queremos que faça em política de justiça baseada em palpites.



Meteorologia

(sol)



(nublado)



(chuva)

